

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

Hugo da Silva Carlos

Aspectos da História da Editoração:
relações entre autoria e bibliotecas

São Carlos
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

Aspectos da História da Editoração:
relações entre autoria e bibliotecas

Relatório final de TCC II,
apresentado ao Departamento de
Ciência da Informação, como
requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia e
Ciência da Informação.

Autor: Hugo da Silva Carlos
Orientadora: Profa. Dra. Nádea
Regina Gaspar

São Carlos
2005

“Quero dizer que o mau uso da máquina produziu um espírito de massa, mortal para a alma, nivelador da diversidade de expressão individual e da independência de pensamento e ação. A diversidade é a fonte vital de uma verdadeira democracia. Mas os fatores de conveniência, assim como as técnicas de venda inescrupulosa, a superorganização e o fazer dinheiro como fim último, sem dúvida diminuem a capacidade do indivíduo de procurar as possibilidades mais profundas da vida”.

Walter Gropius — “Bauhaus: Nova arquitetura”

Agradecimentos

Agradeço a Deus e aos meus pais que tanto amo, Antonio Corrêa Carlos Filho e Ivana da Silva Carlos, pelo apoio, pelo amor que sempre tivemos tanto uns pelos outros e também por serem os meus dois melhores amigos.

Agradeço também às minhas irmãs Gisnai, Patrícia e Talita e meu sobrinho Gustavo, pois somos o que somos por que somos uma família unida, mesmo que às vezes geograficamente distantes.

Agradeço também à minha bibliotecária Kizzy França por seu companheirismo, apoio e carinho. Ela é sempre uma força que me motiva.

Não posso esquecer também todos os amigos que fiz, sempre presentes nos bons e nos maus momentos. Rafael Brito, Ronildo Prado, Carlos Mello.

Agradeço também o amigo Leandro Gonçalves, com quem morei nos últimos dois anos.

Por último mas não menos importante, um agradecimento especial às minhas orientadoras durante toda a graduação, a professora Doutora Maria Cristina Comunian Ferraz, a professora Doutora Nádea Regina Gaspar, e especialmente à bibliotecária Ana Thomyres Malagutti, que foi quem realmente me fez apaixonado pela profissão.

Dedicatória

*Dedico este trabalho ao meu pai, o
bibliotecário Antonio Corrêa Carlos Filho*

Sumário

Procedimentos metodológicos.....	7
Objetivo geral.....	8
Objetivos específicos.....	8
1. Apresentação pessoal.....	9
2. Introdução.....	12
3. O que é Editoração.....	13
4. O nascimento do autor.....	18
Qual a importância do autor como figura de autoridade?.....	19
O papel do autor para o desenvolvimento da editoração.....	22
5. Da invenção da escrita à galáxia de Gutenberg.....	23
Desdobramentos das etapas históricas observadas por McGarry. .	26
A oralidade.....	26
Alfabética.....	27
A era manuscrita.....	27
6. O homem tipográfico.....	32
7 Considerações finais.....	34
8 Referências.....	38

Procedimentos metodológicos

Tendo em vista que tínhamos como pressuposto compreender a história da Editoração, buscamos nos respaldar em textos de pesquisadores que trabalharam esse assunto.

Os pesquisadores por nós adotados advêm de várias áreas do conhecimento, como CHARTIER (1998;1999), DUMONT et al (1979), KNAPP (1986), MCGARRY (1999), MCLUHAN (1977), etc. Desse modo, para esse trabalho não buscamos exatamente uma linha de pesquisa dentro da História, mas buscamos teóricos que trabalharam o tema de nosso interesse. Assim, nosso trabalho buscou pontes teóricas que analisaram a História cronologicamente a fim de tratar o assunto a partir da Idade Antiga, chegando ao fim da Idade Média.

Por um lado, não desconhecemos a tradicionalidade deste modo de se observar um objeto de estudo, e sabemos de outras possibilidades teóricas que talvez nos oferecesse maiores subsídios na análise do objeto como a história cultural, a história das mentalidades, dentre outras. Porém, considerando a natureza deste trabalho, julgamos que foi possível fazer uma coletânea de autores preocupados com a temática da história da editoração, do livro, da biblioteca e do autor.

Por outro lado, foi possível aprender que apesar da história da editoração remontar a tempos tão antigos quanto o pensamento humano, o estudo sobre ele é ainda muito recente¹

¹ Somente em 2004 ocorreu o PRIMEIRO Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial (ver Referências)

Objetivo geral

Entender aspectos de como surgiu a Editoração, o autor e algumas relações com a biblioteca através da História.

Objetivos específicos

Entender o que é Editoração;

Compreender o nascimento da função do autor;

Como a Editoração se relacionou com a biblioteca.

Estudar aspectos do percurso da formação da profissão de editor, observando o modo como esta elegeu o livro como objeto de trabalho.

1. Apresentação pessoal

Sempre gostei de livros. Lembro-me que quando pequeno eu sentava no chão da sala à noite, e enquanto todos assistiam TV, eu pegava um dos livros da coleção “COMO FUNCIONA”, lindos volumes azuis com enormes desenhos brancos na capa e na lateral, que mais tarde eu viria a descobrir que se chamavam letras. Eu tinha por volta de quatro anos, e aquela quantidade enorme de ilustrações me chamava muito a atenção, e eu vivia muitas aventuras na minha imaginação, olhando aqueles desenhos esquemáticos de como funcionava o metrô, ou uma plataforma de petróleo. Eu brincava muito na minha imaginação com esses livros. Era emocionante viajar ao espaço com a APOLLO 13, ou procurar ouro pelas montanhas de Minas Gerais. Essas são minhas primeiras lembranças de contato com livros.

Meu pai, bibliotecário, sempre manteve um acervo em casa, que para mim parecia gigante, claro que depois que a eu conheci bibliotecas gigantes de verdade percebi que aquelas quatro estantes de minha infância não eram nada. Mas mesmo assim tive muita diversão com aqueles livros, cheios de companheiros, como Robison Crusué e seu amigo “Sexta-feira”, ou os livros da série vaga-lume, cheios de ação, aventura e mistério. Como era bom ser criança e ter o privilégio de conhecer e poder se divertir com livros.

Para mim, o livro é um fetiche. Digo isso por que acho que (ainda) não chego ser um bibliófolo. Gosto de dizer que o livro é um fetiche meu, e também gosto de pensar que é um fetiche de muitos. Muitas pessoas gostam de comprar enciclopédias e recheiar estantes visíveis às visitas com esses volumes todos iguaizinhos. As coleções de capa verde, as coleções de capa vermelha e as azuis também. Quanto livro!

Às vésperas do vestibular, eu, como é comum nessa época, estava confuso quanto ao que fazer da vida. É atribuída muita responsabilidade em cima do vestibulando. Todos nos abordam com aquela sentença de que estamos escolhendo uma profissão que vai definir o que somos e como seremos para o resto da vida! Isso é muito sério! E se eu fizer a escolha errada?! Eu só sei que eu queria mexer com livros. Então vi que na USP existe um curso de Editoração. Pensei comigo: é isso que eu quero! Vou descobrir como fazer aqueles montes de livros que as pessoas usam pra enfeitar suas estantes, ou para ler no ponto de ônibus, ou num banco de praça numa manhã de primavera! Fiquei excitado demais com essa idéia.

Mas não consegui ser aprovado no vestibular da USP. Como eu sabia que queria livros, também havia prestado Biblioteconomia na UFSCar. O resultado deste vestibular foi positivo, e aí comecei uma nova vida na cidade de São Carlos e para aprender a ser bibliotecário. Para minha surpresa, os livros não foram o tema mais forte nesses anos de estudo. Aprendi que existem muitas outras coisas importantes e interessantíssimas na profissão. Mas aquela minha idéia inicial, de saber como é que se faz um livro, continuou em minha cabeça até hoje.

Na Universidade, veio outro momento de tensão equiparável à do vestibular. Se o vestibular é um ritual de passagem para entrar na Universidade, o TCC é o ritual de saída da Universidade. E na hora de escolher o que fazer do TCC? As mesmas angústias, os mesmos medos. Se no vestibular a gente tem que escolher a profissão, tem o medo de ir para um lugar longe dos pais, no TCC a gente tem que escolher sobre o que quer falar e tem o medo de ficar longe da Universidade, enfim, a mesma lógica.

Resolvi fazer algo de meu interesse e curiosidade para esse ritual de saída da Universidade. Foi aí que eu vi a oportunidade de falar sobre o que eu gosto: Livros.

No início do ano, conversei com a professora Dra. Nádea Regina Gaspar, e perguntei se ela toparia me ajudar a falar um pouco sobre as pessoas que fazem livros. Isso não é muito comum, e também não sabíamos por onde começar, mas ela aceitou me orientar nesse caminho desconhecido para ambos.

Posso dizer que é uma realização pessoal poder escrever sobre algo que a gente gosta, ao invés de deixar passar o TCC apenas para tirar notas e se formar com certo louvor. Como eu disse, vejo isso como um ritual importante, e prefiro falar do que gosto. Sinto-me muito realizado de poder falar sobre a Editoração. Tentei passar a paixão que sinto para quem ler este documento, e fiz isso com todo o cuidado e carinho. Espero que gostem.

2. Introdução

Este trabalho pretende compreender como se deu através da História, a formação da profissão de editoração, e também possíveis relações desta com o bibliotecário. Portanto, é necessário que vejamos primeiramente o que é a Editoração hoje, para que possamos compreender os aspectos da sua construção.

Há uma figura que se torna importante nesse estudo: a do autor, portanto é imprescindível que também vejamos qual a relação do mesmo com o editor, pretendendo expor aspectos do relacionamento existente entre ambos.

Optamos por dividir os períodos históricos aqui retratados, do modo como foram descritos por McGarry (1999), vistos pela ótica da Comunicação Social. Buscamos também um foco maior no período conhecido como a Era Manuscrita, com os primórdios e consolidação do uso da escrita, o que inevitavelmente levou ao que McLuhan (1979) veio a chamar como o homem tipográfico.

3. O que é Editoração

Inicialmente, será necessário entender o que é Editoração. Recorrendo-se à Knapp (1986, p. 10), pode-se dizer que a editoração (...) *é um pouco indústria, um pouco comércio, que faz parte da cultura e obviamente influi na educação*. No entanto esta definição é muito abrangente e nos parece extremamente vaga, talvez não esclarecendo exatamente a natureza da atividade editorial. Mas, mesmo que sucintamente, apresenta-nos uma série de conceitos interessantes a serem definidos, para que possamos compreender melhor a Editoração e atingirmos o objetivo pretendido neste trabalho.

Knapp (1986, p. 16), ainda, diz que: *a função cultural, social e econômica do editor é a de ser intermediário entre o escritor com uma idéia e um público que possa aproveitá-la*. Diante dessa última exposição, vejamos, primeiramente, quais são as definições de Indústria e Comércio, uma vez que ele associa a editoração com a idéia de *público*. No que diz respeito a indústria, vejamos a sua definição.

Denomina-se indústria o conjunto de atividades produtivas que o homem realiza, de modo organizado, com a ajuda de máquinas e ferramentas. Dentro dessa ampla definição se enquadram os mais diversos afazeres, em diferentes lugares e épocas. De modo geral, toda atividade coletiva que consiste em transformar matérias-primas em bens de consumo ou de produção, com auxílio de máquinas, é industrial. (BARSÁ 2000, CD-ROM).

Podemos então, dizer que Editoração é um pouco indústria, pois realmente se encarrega de uma atividade produtiva realizada de modo organizado, transformando matéria-prima (manuscritos, desenhos, fotos, etc.) em um bem consumível.

É importante também ressaltar a *serialidade* que caracteriza a indústria

atual. A possibilidade de produção de um mesmo item em milhares de cópias fiéis ao original, obtidos através da reprodutibilidade técnica do objeto original, permite ao produto final da indústria atingir seu mercado alvo a um custo relativamente acessível, o que por sua vez possibilita a geração de lucro e, portanto, a sustentabilidade da casa publicadora. Vejamos agora uma compreensão que se tem do que seja o comércio.

Comércio é a atividade econômica que transfere bens e serviços, pela compra e venda, dos produtores aos consumidores ou a outros produtores. Tem sua razão de ser na divisão e especialização do trabalho e nas diferentes necessidades humanas. (BARSA 2000, CD-ROM).

O comércio é então, o conjunto de atividades organizadas, através das quais um bem ou serviço é transferido por meio da compra e da venda. Observa-se também como objetivo da Editoração, organizar o comércio da produção de produtos editoriais, desde a distribuição logística até a organização dos livros nas estantes de livrarias, contudo, atualmente esta última tarefa é mais comumente organizada por empresas terceirizadas, especializadas na distribuição de vários produtos editoriais como livros, revistas, quadrinhos, jornais, CDs, DVDs, etc.

Assim, economicamente falando, na editoração, espera-se que o texto do autor seja dirigido a um *público* leitor-consumidor pré-estabelecido no imaginário do autor e do editor, para que seja economicamente viável a produção de um determinado número de exemplares (esse número é chamado *tiragem*).

Nessa interferência exercida pelo editor, ou seja, ao intermediar o autor e o leitor temos uma atividade de *construção* da Cultura que, parece-nos acaba por se *moldar* as idéias do autor de acordo com as necessidades previstas pelo editor.

Uma definição mais concreta sobre Editoração nos é apresentada por Dumont et al (1979, p falta 156), para ela, *editoração é o conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição do produto editorial final.*

Pode-se perceber desse modo, que editoração é o trabalho de intermediação entre o autor e o leitor, através da transformação das idéias do autor em material publicado através de um processo de produção industrial e comercial, cuja realização é feita através da Editora.

Uma casa editora ou só editora é a organização que coordena a publicação das obras literárias. Em geral, uma editora se especializa em um tipo de publicação e área, livros de literatura, partituras, livros didáticos, obras de referência, jornais, discos ou outros. Em geral também é a editora que arca com os custos de produção, divulgação e distribuição. A editora também contrata os profissionais de texto e arte, como revisores e desenhistas para produção dos livros, custeia a impressão (gráfica), faz a divulgação e contrata uma distribuidora para colocar os livros nas livrarias, e media a interação dos leitores com autores.

Durante esse complexo processo, o editor interfere diretamente no que vem a público através de suas diversas atividades. Como explicado por Houaiss (1983, v. 2, p. 41-42):

Editoração é a atividade organizada em forma de empresa para a publicação de livros. A editoração compreende setores específicos da unidade de trabalho dos quais se citam alguns: (a) direção; (b) seleção de originais; (c) adequação dos originais para correlação original-tipografia; (d) revisão; (e) publicidade e relações públicas; (f) distribuição e difusão (depósito, consignação, vendas em grosso, vendas em varejo; exemplares à crítica especializada, ou genérica, ou noticiante). A editoração enlaça-se necessariamente com a impressão,

havendo editoras que são, concomitantemente, impressoras; mas de regra são dois gêneros de atividade autônomos, e mesmo quando agrupados sob uma mesma empresa merecem organização própria, pela relativa especificidade de seus problemas.

Houaiss diz que alguns trabalhos são essenciais no processo de editoração, como por exemplo, a aceitação ou recusa de um trabalho para publicação, possíveis exigências de mudança em relação ao conteúdo para adequá-lo ao público-alvo ou à filosofia da editora, definir e elaborar o *layout*, etc. Convém explicitar que não são apenas essas as tarefas cabíveis à editoração, mas apenas algumas das envolvidas ao ofício.

Interessante notar que Houaiss entrelaça o conceito de autor e editor. Para ele (1983, v. 1, p. 4), *o conceito de autor, no caso em apreço, deve ser tomado em sentido amplo, abarcando também o de diretor-do-texto ou editor-do-texto*. A relação entre autor e editor realmente é muito íntima e, como veremos adiante, foi fator fundamental para a caracterização das atividades editorais. O processo editorial transforma a informação em produto (o impresso) e o comercializa, disseminando essa informação de modo consumível, criando assim, a noção de público.

Público, é um conceito desenvolvido no período histórico renascentista, e para Chartier (1998) pode ser entendido como conjunto de pessoas, ou de comunidades as quais possuem características semelhantes no que tange à possibilidade de se consumir um produto ou serviço. Ou seja, público é um grupo no qual verifica-se que seus indivíduos guardam entre si a possibilidade de simpatizar por algo semelhante. A identificação de cada público do produto ou serviço é essencial para o sucesso comercial do mesmo, pois uma vez identificado um público-alvo torna-se possível a produção em série (várias cópias idênticas) de determinado produto, ou mesmo a melhor escolha pela

prestação de um serviço. Assim, por exemplo, podemos dizer que estudantes, escolas e sistemas de ensino são o público ideal para consumir livros didáticos. Do mesmo modo, os músicos são o público para livros de partitura, etc.

Neste tópico buscamos observar a compreensão que alguns atores fizeram da noção de editoração atrelando-a a de autor. No próximo tópico, pretendemos verificar mais atentamente qual o papel do autor na formação do ofício de editor.

4. O nascimento do autor

Autor ou autoridade é aquele responsável pela produção artística de algo. No caso do livro, é o responsável pelo conteúdo da obra, o modo como as idéias apresentam-se em forma de texto. Autor é a pessoa que transfere suas idéias e pensamentos para o escrito, de modo que possa ser lido, apreciado, absorvido pelo leitor. O autor surge com o advento da cultura escrita e, desde os tempos mais remotos é sabido que os registros da História e da Cultura são marcados pelas idéias de autores de grandes obras, os quais deixaram registrados no tempo o espírito de sua época. Segundo Cabral (2005), a noção de autor é tão antiga que em 330 antes de Cristo, o governo de Atenas determinou que obras de três grandes autores fossem copiadas e depositadas nos arquivos do Estado. Ou seja, os autores já eram considerados como profissionais e tinham sua importância reconhecida pela sociedade ocidental.

As noções de direito já aplicadas para a proteção e regulação da autoridade de obras artísticas ajudaram a moldar o perfil profissional e as suas relações com outras profissões.

O autor, no Império Romano, já se apresentava como ligação entre os educadores (filósofos e professores), o comércio (Editores), e os “agentes culturais” (bibliotecas). O Império dominava suas províncias não apenas militarmente, mas também culturalmente. Portanto, divulgar o modo de vida romano, os seus pensamentos, suas crenças, eram de extrema importância para a manutenção da integridade do império. Apesar da precariedade da cobertura do direito romano sobre as obras e seus autores, muitas noções de proteção do autor tiveram aí seu embrião.

Na Idade Média as estruturas sociais modificaram-se e, portanto, também as dinâmicas entre os ofícios. Cabral (2005) diz que os autores e artistas antigamente eram protegidos pelos grandes potentados ou pela massa popular. Poetas, seresteiros, escultores, cantores recebiam favores de reis e papas ou, então, nas feiras e praças públicas ganhavam aplausos e algo para viver. O estilo de vida neste período permitia poucos meios de exercício profissional, com poucas ou nenhuma regulamentações oficiais, e os artistas tinham como espaço de trabalho áreas públicas e também castelos e palácios. Já no século XVIII começam a aparecer os primeiros conjuntos de leis que protegem o trabalho do autor como forma legítima de sustento, baseado na seguinte idéia:

Era e é uma profissão, como qualquer outra. É um trabalho e, como tal, merece pagamento. Quem escreve um livro, uma peça de teatro, pinta um quadro, compõe uma sinfonia, esculpe uma estátua está realizando um trabalho que serve e interessa a toda a humanidade.(CABRAL, 2005).

Partindo-se dessa idéia, surge na Inglaterra em 1720 o Estatuto da rainha Ana, que se referia ao direito de vendas de livros. Esse direito era concedido aos editores, e dava ao autor os direitos de posse de sua obra. A partir desse primeiro estatuto, em todas as partes do mundo houve um movimento para proteger os interesses de autores e editores.

Qual a importância do autor como figura de autoridade?

O autor tem papel fundamental no desenvolvimento da editoração até os dias de hoje, e talvez, esse papel tenha surgido de modo claro com o advento da imprensa. A possibilidade de uma obra ser reproduzida em centenas, milhares de cópias, trouxe uma série de questões antes não relacionadas,

dada as diferenças de dimensões entre aquela obra manuscrita, que atingia um público restrito, às vezes apenas um círculo de amigos e conhecidos do autor, para esta nova dimensão, onde o texto rompe fronteiras políticas e classes sociais. Essa nova realidade cria a necessidade de uma série de controles e mecanismos legais e sociais, de modo a tornar viável a continuidade da impressão desses textos escritos.

Toda obra, fruto da inventividade humana é ligada à figura da autoridade que a desenvolveu, e tanto a obra quando o autor e suas relações podem nos dizer muito sobre um e sobre o outro e também sobre o mundo onde essa idéia nasceu. Não somente os livros possuem autores, mas também todas as outras formas de artes possuem autores, que de si fazem parte. Nos temos a figura do autor oral desde os tempos mais remotos até a Idade Média, onde ele deixa de ser tão freqüente, mas ainda existente. Este autor, ao contrário do autor moderno que esboça sua personalidade e sua autoridade por meio de uma cópia manuscrita e também depois impressa, é um autor que está sempre presente e carrega sua obra junto de si e não de um suporte onde é feito o registro da mesma.

Temos exemplos muito claros quando vemos através da história grandes líderes religiosos e também militares, que carregam em si o discurso inflamado para um público que precisa estar presente e reunido durante a apresentação de sua obra. Mas não apenas os discursos sociais carregam esse tipo de autoridade. Também é a autoridade do teatro espontâneo, que exige uma “performance” oral, gestual a fim de transmitir uma mensagem. O teatro ainda hoje mantém certo caráter da oralidade, pois mesmo a peça impressa não o é feita para a leitura, mas sim para um registro da mesma que possibilite a sua apresentação por outros. Chartier (1998, p 26). diz que:

O teatro não é escrito para que um leitor o leia numa edição saída dos prelos, ele é feito para ser encenado. É isso que Molière chama de “ação” ou “jogo do teatro”. A justificativa da edição impressa deve sempre implicar razões particulares, seja porque foi publicada uma edição pirata do texto, não controlada e não desejada pelo autor, seja por que as condições da representação tinham sido medíocres, devendo-se entregar à leitura aquilo que tinha sido mal entendido.

A relação existente entre o autor oral e o público ou platéia, é instantânea, coletiva e existe uma ligação direta entre autor obra e público. Seria ilegítimo separar a representação, a relação dos atores com a audição dos espectadores. O autor da obra escrita cria uma ruptura desse relacionamento, a partir do momento em que o texto é escrito, sabendo-se que não será consumido por um público, mas sempre intimamente, de maneira solitária. Essa ruptura criou a imagem do leitor sucinto, sério, contemplativo, que estereotipou o leitor moderno.

No caso da educação o autor é também uma figura chave, mas novamente como visto no exemplo do teatro ou dos sermões religiosos. A vivência envolvendo mestres e discípulos vai além da leitura de obras que contém textos com ensinamentos, o ensino passa também pelo gestual exercido, no modo como é dito, no tom de voz da fala, na interferência do estudante, detalhes irremediavelmente perdidos na transposição para um texto. Também é preciso que o texto pensado especialmente para que o mestre repasse informações para seus discípulos tenha a dinâmica correta para não diluir a personalidade desse leitor que repassará o conteúdo de forma oral.

Podemos diferenciar também a existência de duas categorias de autoridade de uma obra. O autor, ou seja, a pessoa que se responsabiliza pela obra; e o escritor, a pessoa que *executa* a feitura, a confecção do texto. É

comum que o escritor da obra seja seu autor, mas hoje em dia também existem, pessoas que se especializam em escrever cedendo a autoria a terceiros em troca de dinheiro, e são comumente chamados *ghostwriter* (escritores-fantasmas). Também podemos chamar de escritor uma pessoa que, por exemplo, transcreve um texto que é ditado pelo autor.

O papel do autor para o desenvolvimento da editoração

Até agora foi possível observar, mesmo que sucintamente, o que é a editoração, o nascimento do autor, e sua importância para a editoração. No próximo tópico trataremos da História da editoração, envolvendo suas relações.

5. Da invenção da escrita à galáxia de Gutenberg.

A história da figura do editor, assim como a história da profissão de bibliotecário, está intimamente ligada ao surgimento e utilização da comunicação escrita. A editoração é uma profissão tão antiga e que têm participado da construção da História das sociedades nos bastidores do poder desde tempos remotos, realizando a ligação entre o autor o leitor, e também realizando a ligação quem detém o poder e aqueles sujeitos à esse. Pode-se dizer que é muitas vezes é também o editor quem faz a História, pois publica e garante o acesso à ela.

Segundo McLuhan, (1977, p. 176) *a invenção da tipografia confirmou e estendeu a nova tendência visual do conhecimento aplicado, dando origem ao primeiro bem de comércio uniformemente reproduzível, à primeira linha de montagem e à primeira produção em série..* Assim, a imprensa de tipos móveis foi uma das primeiras máquinas desenvolvidas para a produção em série. Antes dela, cada texto era único e particular, mesmo com cópias feitas à punho, pois cada copista adicionava traços característicos seus, fosse no conteúdo da obra ou na caligrafia, ou nas ilustrações.

O tipo móvel permitiu, por sua vez, que um texto fosse produzido de maneira padronizada repetidamente, criando assim várias cópias idênticas ao original. Chama-se de tipo móvel as peças utilizadas para composição de gabaritos para formação de páginas. Normalmente seria uma peça de metal onde fica gravado em relevo uma letra, desenho ou símbolo, de maneira espelhada. A composição de um conjunto dessas peças, chamadas Tipos¹ formam as palavras a serem impressas. A impressão é realizada quando o

¹ Tipografia significa grafia por Tipo

papel passa por este gabarito formado pelos tipos previamente organizados e embebidos em tinta, de modo a deixar suas marcas no papel.

O desenvolvimento dessa tecnologia permitiu que as idéias e conhecimentos humanos fossem expandidos e disseminados por um número muito maior de pessoas. A História da humanidade seria totalmente diferente se não fosse essa capacidade de guardarmos o passado de modo a preservá-lo e conhecê-lo no futuro. Concordamos com (MCGARRY, 1999) quando ele esboça que *o conhecimento é algo emotivo, íntimo e pessoal e também está sujeito a ser esquecido.*

O conhecimento, as idéias, o saber, constituem-se em aspectos da identidade cultural de um povo e está intimamente ligado aos seus feitos duradouros, imortais, como sua arquitetura, religião, folclore, etc. A linguagem escrita é uma das responsáveis por essa continuidade cultural, ela é parte da memória e da identidade de um povo.

McGarry (1999), identifica fases, ou etapas no desenvolvimento da história da humanidade, do ponto de vista da comunicação. São elas:

- Oral: O homem descobre a comunicação. É possível transmitir idéias através de sons, o que permite a organização de grupos sociais;
- Alfabética: Na antiguidade surge a escrita, anteriormente ao texto e ao livro. A escrita consiste de código capaz de transmitir e conservar noções abstratas ou valores concretos, em resumo: palavras;
- Manuscrita: É importante destacar aqui que o meio condiciona o signo, ou seja, a escrita foi em certo sentido orientada pelo tipo de suporte ao qual se tinha acesso; não se esculpe em papel ou se escreve no mármore;
- Tipográfica: A invenção de máquinas que permitem a reprodução de textos em várias cópias é uma revolução cultural: Educação, Artes e Ciências

agora podem ser compartilhadas;

- Eletrônica: surgiu em fins do século XX, o livro num suporte eletrônico, o computador. Ainda é cedo para dizer se o livro eletrônico é um continuador do livro típico ou uma variante, mas, como mídia ele vem ganhando espaço. Durante o decorrer da História, não podemos datar exatamente onde ocorre a mudança de uma etapa à outra, pois se dá gradualmente, muitas vezes com resistência, como veremos mais adiante. Mesmo hoje, na era da eletrônica, ainda convivemos com o homem tipográfico identificado por McLuhan (1997), sendo que o mesmo não obliterou completamente o manuscrito e nem o fará.

Segundo Chartier (1998, p. 9), *a impressão se impôs, portanto, mais lentamente do que se imagina, por sucessivos deslizamentos*, ou seja, mesmo após o advento da imprensa de tipos móveis muitos escritores resistiram à lei de mercado desenvolvida pela comercialização subsequente das obras tipográficas, mantendo-se fiéis à escrita manual para produzir suas obras.

Pela importância da caracterização das etapas da comunicação oferecida por McGarry, buscamos nos ater à elas e, no próximo tópico, iremos caracterizá-las.

Desdobramentos das etapas históricas observadas por McGarry

A oralidade

No princípio era o verbo – João 1:1a – A Bíblia Sagrada

Onde existir seres humanos haverá comunicação. Isso é fato, e assim deu-se a formação da sociedade oral. A fala é rica em informações e isso permitiu a construção da linguagem, de modo que podemos transmitir idéias e pensamentos carregados de significados para outros indivíduos. Segundo McGarry (1999, p. 66) *a fala é o som, e o som guarda relação com o tempo diferente da relação dos outros meios de comunicação que são registrados pelos sentidos humanos*. Apesar de eficiente e rápida, a comunicação oral tem suas limitações físicas, pois sua área de atuação é o alcance da voz do orador, no momento em que é falada. O som existe apenas quando emana de uma sensação, impossibilitando que seja manipulado, guardado, etc.

Essas limitações da oralidade impedem a expansão do grupo, pois dificulta a comunicação não apenas entre os seus membros, mas também às novas gerações, pois a memória, sabe-se, é um instrumento falível e, portanto, faz com que a história do grupo vá se perdendo, o que pode implicar na perda também de sua identidade. Vale lembrar que esse é um processo que ocorreu e que ocorre com grupos sociais no início de sua história. Hoje em dia é possível e até mesmo pode ser feito de forma banal o registro da oralidade, nas sociedades que já estão na fase eletrônica, como por meio de gravadores, etc.¹

¹ Não desconhecemos que a História Oral é um dos enfoques que se existe hoje para compreender a História.

Alfabética

O verbo estava no mundo... João 1:10a – Bíblia Sagrada

Dos primeiros desenhos e símbolos usados pelo homem até a origem e formação da escrita alfabética houve um processo longo e tortuoso durante milhares de anos, com muito erros e acertos. A tecnologia da escrita foi se aperfeiçoando. Dos elementos pictóricos simplórios da era Rupestre até os complexos ideográficos e silábicos, adaptando-se aos usos e necessidades de cada sociedade.

A escrita proporcionou a possibilidade de registrar suas ações, suas impressões do mundo, suas idéias, suas datas, criando a noção de continuidade do tempo e do espaço. E foi também o começo da história da editoração.

A era manuscrita

E o verbo se fez carne e habitou entre nós... João 1:14a – Bíblia Sagrada

Segundo Iline (1977, p 60) *faziam-se livros de apontamentos com tudo quanto aparecia à mão*. Podemos entender aqui livros de apontamentos como os atuais "livros-caixa", isso é, cadernos em que se registra a movimentação comercial de um estabelecimento. Os antigos sumérios e babilônios já haviam popularizado a "fabricação" de livros primitivos e também a sua venda. Inspirados pelo comércio praticado pela tribo dos fenícios, que faziam questão de controlar suas transações comerciais com os povos vizinhos, utilizando-se de seu alfabeto, fazendo marcações em argila, madeira ou cera, os sumérios e babilônios foram além, transformando também estes utensílios de escrita em um produto. Isto pode ter sido o primeiro indício do livro como tal.

Os primeiros suportes utilizados para a escrita foram tabuletas de argila ou de pedra. A seguir veio o *khartés* (*volumen* para os romanos, forma pela qual ficou mais conhecido), que consistia em um cilindro de papiro, facilmente transportado. O volumen era desenrolado conforme ia sendo lido, e o texto era escrito em colunas na maioria das vezes (e não no sentido do eixo cilíndrico, como se acredita). Algumas vezes um mesmo cilindro continha várias obras, sendo chamado então de *tomo*. O comprimento total de um volumen era de 6 ou 7 metros, e quando enrolado seu diâmetro chegava a 6 centímetros.

O papiro consiste de uma parte da planta que era *liberada*, *livrada* (do latim *libere*, livre) do restante da planta - daí surge a palavra *liber libri*, em latim, e posteriormente *livro* em português. (KATZENSTEIN, 1986). Os fragmentos de papiros mais "recentes" são datados do [século II a.C.](#)

No entanto, editores e bibliotecários, na concepção moderna da palavra só viriam a surgir no mundo ocidental durante o período clássico, primeiramente com os gregos e mais expressivamente com o Império Romano. A política de expansão territorial dos romanos levava em conta que além do poderio militar para a conquista e escravização de outras tribos, seria necessário também fazer sucumbir ao Império a cultura dos dominados. Seja através da absorção dessa cultura pelo império ou através da divulgação da cultura latina.

Neste ponto, a escrita teve papel essencial, e eram os "editores" romanos que tornavam possível a popularização da cultura romana (e conseqüentemente também a popularização de sua história até os dias de hoje), através da serialização dos textos de filósofos (lendas, conceitos, cultura geral, mitologia, religião, etc.) e políticos (leis, tratados, comendas, códigos de conduta, resolução de disputas, etc.).

Aos poucos, o papiro foi sendo substituído pelo pergaminho, esse era feito com excerto de couro bovino ou de outros animais. A vantagem do pergaminho é que ele se conserva mais ao longo do tempo. O nome pergaminho deriva de Pérgamo, cidade da Ásia menor onde teria sido inventado e onde era muito usado. O *volumen* também acaba sendo substituído pelo *códex*, que era uma compilação de páginas, não mais um rolo. O *códex* surgiu entre os gregos como forma de codificar as leis, mas foi aperfeiçoado pelos romanos nos primeiros anos da Era Cristã. O uso do formato *códex* (ou *códice*) e do pergaminho era complementar, pois era muito mais fácil costurar *códices* de pergaminho do que de papiro.

Uma consequência fundamental do *códice* é que ele faz com que se comece a pensar no livro como objeto, identificando definitivamente a obra com o livro.

A consolidação do *códex* acontece em Roma, como já citado. Em Roma a leitura se dava tanto em público (para a plebe), evento chamado *recitatio*¹, e em particular, para os ricos (estes contratavam pessoas alfabetizadas para realizarem leituras, ou, raras vezes os mesmos eram alfabetizados também.). Além disso, é muito provável que em Roma tenha surgido pela primeira vez a leitura por lazer (*voluptas*), desvinculada do senso prático que a caracterizara até então (comércio, leis, religião). Os livros eram adquiridos em livrarias,. Neste momento aparece a figura do editor, com [Atticus](#), homem de grande senso mercantil. Algumas obras eram encomendadas pelos governantes, como a *Eneida*, encomendada a Virgílio por Augusto. E Atticus especializou-se também em fazer esse tipo de contato, ou seja, do autor com o encomendante.

Acredita-se que o sucesso da religião cristã se deve em grande parte ao

¹Recital, ou, leitura pública. Como eram raras as pessoas que sabiam ler, a leitura para um público atento era sempre uma grande atração

surgimento do código, pois a partir de então se tornou mais fácil distribuir informações na forma escrita.

Cabe aqui uma pergunta. Por que podemos dizer que isso foi uma atividade “editorial” no império romano? Uma das possíveis respostas é que a divisão do trabalho como a conhecemos, é um conceito moderno, e a relação do trabalho na sociedade romana dava-se de forma diferente. Normalmente eram os filósofos os encarregados pela maioria dos trabalhos intelectuais, como por exemplo, direito, medicina, engenharia, editoração (a faceta comercial), o comércio em geral, as bibliotecas¹, etc. Portanto, o exercício dessas atividades profissionais não era a característica mais marcante para a identificação do indivíduo no grupo, pois os letrados eram em sua maioria filósofos e atuavam em várias áreas do conhecimento sem as divisões concebidas modernamente, ou seja, era comum à um filósofo o exercício de várias funções como por exemplo, comerciante, médico e juiz ao mesmo tempo.

Portanto, os filósofos que assumiam a responsabilidade de espalhar o pensamento romano já exerciam algumas atividades que podem ser identificadas como análogas a algumas funções do editor moderno, como a logística de distribuição e seleção de textos e autores a serem copiados.

Com o fim do período conhecido como Antiguidade Clássica, o mundo Ocidental entrou em um período que ficou conhecido como Idade Média, ou Idade das trevas, pois neste período o modo de vida expansionista/progressista do já fragilizado e logo extinguido Império Romano não era mais possível, pois os povos do extremo norte europeu começaram campanhas de constantes e violentas invasões às cidades romanas para a realização de saques. O

¹ Na verdade não existiam formalmente todas essas profissões, como a de bibliotecário por exemplo, neste momento histórico referimo-nos aos filósofos encarregados pelas bibliotecas.

chamado mundo civilizado foi obrigado então a ver-se transformado em pequenos feudos protegidos por um senhor militar, dono de uma pequena área fragmentada e não ligada a um império ou povo específico. Também a influência da Igreja Católica neste novo período mudou os rumos da Ciência e da Política, levando o desenvolvimento do livro a um novo caminho, como veremos no tópico seguinte.

6. O homem tipográfico

Com o fim da Antigüidade Clássica, os editores deixam de existir no mundo ocidental durante a Idade Média. Neste conturbado período histórico, a sociedade europeia viu-se enclausurada em feudos cercados por bárbaros e constantemente envolvidos em guerras. Foi em tal cenário que o poderio da Igreja Católica exerceu forte influência na cultura e no cotidiano.

As conseqüências do excessivo fervor religioso faz o livro passar a ser considerado em si como um objeto de salvação. A característica mais marcante da Idade Média é o surgimento dos monges copistas, homens dedicados em período integral a reproduzir as obras, herdeiros dos escribas egípcios ou dos *libraii* romanos. Nos mosteiros era conservada a cultura da Antigüidade. Apareceram nessa época os textos didáticos, destinados a formação dos religiosos.

Os mosteiros católicos passaram a ser os raros locais onde a palavra escrita podia ser lida e guardada, cabendo aos monges a responsabilidade por sua reprodução, guarda e organização. Eram, então, os monges copistas que exerciam as funções de bibliotecários, editores e publicadores das obras *autorizadas pelo alto clero*.

Do início da História do livro até então, era muito difícil a fabricação e obtenção de matéria prima a produção do mesmo, então cada página era aproveitada ao máximo, com o texto escrito utilizando-se praticamente todo o espaço vazio. Com a evolução da produção dos materiais como o papel, ainda rústico, mas já produzido a partir de celulose, ocorre o aparecimento de características encontradas até hoje nos livros, como margens e páginas em branco ao final do volume para anotações do leitor. Também surge a pontuação

no texto, bem como o uso de letras maiúsculas, índices, sumários e resumos, pela necessidade de se organizar as várias idéias contidas em um único volume, além do livro didático, como os sermões, por exemplo, aparecem os florilégios (coletâneas de vários autores), os textos auxiliares que são anotações e explicações sobre determinado texto, com uma função como a das modernas notas de rodapé, e os manuais de trabalho. Progressivamente aparecem livros em língua vernacular, rompendo com o monopólio do latim na literatura.

Raramente os livros eram comercializados neste período, pois poderiam conter idéias que desestabilizariam o poder, e sua circulação se dava apenas na forma de presentes para reis, monarcas e senhores feudais, pois se considerava grande honraria e prestígio a posse de livros, já que era considerado erudito aquele que possuísse uma biblioteca particular, o livro era visto como sinal de sabedoria.

É também nesse contexto que começa a surgir a biblioteca que contém as características que mais marcaram a sua concepção no imaginário das pessoas até os dias de hoje. Essa instituição surge como um depósito para a salvaguarda das obras, como um museu da memória escrita, sagrado, proibido, cheio de segredos ocultos, e não como um lugar de acesso e uso público.

Chartier (1999) considera que como a possibilidade de circulação de um texto dependia da aprovação da Igreja e do rei conjuntamente, a posse ou a escrita por conta própria ou até mesmo circular ou vender um livro se tornava uma tarefa ingrata e arriscada, pois a punição ia da queima das obras até a queima do autor, do comerciante, do guardião das obras, juntamente com as mesmas. Era comum, para os poucos autores medievais, que se escrevesse então, um livro através da encomenda de um nobre, o qual comumente

receberia os créditos pela feitura do manuscrito (autoria), ou o volume teria como destaque uma pomposa dedicatória constando do nome do encomendante.

Talvez a invenção mais importante, já no limite da Idade Média, foi a impressão, no século XIV. Consistia originalmente da gravação em blocos de madeira do conteúdo de cada página do livro; os blocos eram mergulhados em tinta, e o conteúdo transferido para o papel, produzindo várias cópias. Até então, só se circulava obras manuscritas, ou seja, copiadas manualmente.

Já no séc XV, em 1405, na China, Pi Cheng desenvolveu a tecnologia de impressão, através do método aperfeiçoado que ficou conhecido como xilografia¹. Onde já se apresentava um certo desenvolvimento em relação ao simples uso de blocos soltos de madeira para a impressão da tinta no papel. No ocidente essa invenção foi creditada a Gutenberg como já foi dito no início deste trabalho. A Prensa de tipos móveis se diferenciava da xilografia por consistir de uma mecânica muito mais elaborada e uso de metal ao invés de madeira, o que agilizava muito o processo. Houve certa resistência por parte dos copistas, pois a impressora automática roubava-lhes o emprego. Mas com a impressora de tipos móveis o livro se popularizou definitivamente, tornando-se mais acessível pela redução enorme dos custos de produção em série.

Foi também a prensa de tipos móveis que trouxe uma série de questões éticas quanto aos direitos do autor e os direitos do editor/publicador da obra. Vimos que desde a Roma antiga já havia uma preocupação quanto aos direitos do autor, mas foi a imprensa que trouxe à tona a discussão do direito autoral.

7 Considerações finais

A possibilidade de se realizar cópias de um texto rapidamente criou um

¹ xilo = madeira, grafia = escrita, ou seja, escrita na madeira

novo tipo de delito que até então não era tão comum: a pirataria. Como na Europa os Estados-Nações modernos ainda estavam se estruturando como tal, não havia leis que protegiam concretamente o trabalho intelectual. Um exemplo comum de pirataria é que uma peça de teatro fosse assistida pelo “pirata” e logo, em outras regiões estivesse transformada em texto impresso e sendo vendida. Sem a proteção legislativa, os impressores/editores começaram a fazer pressão nos governos locais (a prática de lobby) por uma lei que protegesse seu trabalho. Mas, mesmo com a criação de leis em alguns lugares, ainda ficava fácil ir a um outro estado ou país, onde não houvesse esse controle, imprimir clandestinamente e vender as obras “piratas” nos mesmo locais que as originais.

A questão da pirataria impulsionou a organização de todo o mercado editorial, com a criação de locais específicos para a venda de livros, como feiras do livro e livrarias, modos de distribuição planejados, sindicatos, enfim, toda a organização e planejamento de meios de produção e distribuição. Esse movimento de organização da sociedade em torno do modelo produtivo estava acontecendo em toda a Europa.

Esse foi o início de um novo período histórico, o qual não abordaremos neste trabalho, pois o mesmo merece a atenção de um trabalho exclusivo e completo, devido à grande quantidade e a multiplicidade de fontes ricas em informação.

A maturidade da organização da Editoração, e mesmo das oficinas de tipografia ocorreu muito recentemente. De acordo com Chartier (1998, p. 111) *a partir dos anos 1830, a produção do livro entrou em uma nova era. A impressão, a fabricação do papel, a encadernação e depois a composição foram industrializadas.* A velocidade de transformações sociais vem, desde a

revolução industrial, sofrendo um progressivo aumento da velocidade com que ocorrem, e mesmo a dinâmica de como ocorrem sofrem tremenda mutação em curtos espaços de tempo.

Neste trabalho buscamos averiguar de que modo o trabalho da editoração se inicia. Para tanto, a observamos, a partir da Idade Antiga até o fim da Idade Média.

Durante este estudo há uma figura que se tornou de importância primordial para o desenvolvido do estudo, a figura do autor, e, portanto, julgamos importante dissertar sobre alguns aspectos do autor que se mostram importantes para o editor sob nossa ótica, como por exemplo, a importância do autor como figura de autoridade reconhecida perante a sociedade, e o modo como seu relacionamento com os editores ajudaram a definir a organização da mesma.

A divisão dos períodos históricos não através de datas, mas sim de períodos foi também muito importante. A escrita, base da editoração foi definida através da concepção proposta por McGarry (1999), mostra bem como é importante a concepção da escrita e o modo como foi usada para definir as relações sociais.

O nascimento da imprensa gerou uma ruptura tão intensa e transformadora que McLuhan (1977) defende sua importância sob o título de “homem tipográfico”, devido às transformações sociais geradas pelo modo como a imprensa e a máquina tipográfica de Gutenberg imprimiram velocidade e quantidade na divulgação de textos escritos, conseqüentemente aumentando seu alcance e acesso.

Tentamos também neste trabalho buscar referências ao possível relacionamento entre os que produzem livros e às primitivas instituições

Biblioteca. Infelizmente, as pesquisas realizadas no campo histórico possuem um foco sempre restrito, não buscando profundidade em fazer esse tipo de relação, e conseqüentemente, não há quase autores que, ao falar de livros, necessariamente falem de editores ou bibliotecas. Mais raro ainda são os autores que abordam ambos aspectos, e tomo como exemplo único Chartier (1999), que aborda essa história através de uma ótica talvez menos precisa, mas infinitamente mais ampla.

Por lógica, uma influência que pode ser considerada de importância da editoração para a biblioteca, é o fato de que a imprensa trouxe um outro patamar de produção de livros e documentos em geral, criando a necessidades de que as bibliotecas se adaptassem para receber esses materiais, que a partir de então passaram a serem publicados em uma escala muito maior, exigindo um desenvolvimento das técnicas de armazenagem e recuperação das informações ali contidas.

A presente afirmação não é de modo algum uma conclusão que poderíamos dizer seguramente verdadeira, mas é um caminho que aponta para a possibilidade de novos estudos.

8 Referências

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro desde 1920*. 2 ed. São Paulo : Cátedra, 1978.

ARAÚJO, Emanuel. *A Construção do Livro*. RJ: Nova Fronteira/INL, 1986.

BÍBLIA. *João*. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica do Brasil, 1952.

BOWMAN, Alan; WOLF, Greg (Org.). *Cultura escrita e poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

CABRAL, Plínio. *O direito autoral na prática*. A biblioteca virtual do estudante brasileiro. Acesso em 27 ago. 2005. Disponível em <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/legislacao/autorais/napratica.html>>

CAMPOS, Arnaldo. *Breve História do Livro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica*. Brasília : Thesaurus, 2000.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998.

_____ - *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1999.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; CARVALHO, Maria da Conceição; AUN, Marta Pinheiro; SAKAI, Satie. *A editoração no Brasil: aspectos gerais*. In: **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 8 n. 2, p. 156-184, 1979.

ENCICLOPÉDIA Barsa 2000. *Enclopédia Britânica Barsa eletrônica*, (1) CD-ROM, São Paulo, 2000.

HAAG, Carlos. *Ler era uma sensação*. **Pesquisa Fapesp**. São Paulo : Fapesp, n. 108, p. 86-89, 2005.

KATZENSTEIN, Ursula. *A origem do livro*. São Paulo: Hucitec, 1986.

KNAPP, Wolfgang. *O que é editora*. São Paulo : Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros passos, nº 176.).

LINE, M. *O homem e o livro: História dos livros*. S.I. Editores Reunidos, 1977.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita* - história do Livro, da imprensa e da biblioteca. SP: Ática, 2ª ed., 1996.

MCGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília, Briquet de Lemos, 1999.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Guttenberg* : a formação do homem tipográfico. 2 ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1977. (Coleção, Biblioteca Universitária; Série Letras e Lingüística, nº 12).

ORTEGA, C. D. *Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*. In: **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004. Artigo 03.

SANDERS, Susana. *El libro*. In: **Transinformação**, v. 11, n. 3, p. 223-226, set/dez 1999.

SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., Rio de Janeiro, 2004. Colóquio do Sesquicentenário: Francisco Alves na história editorial brasileira. **Resumos...** Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

STAIKOS, K. S. P.. **Libraries**: the history of the private, royal, imperial, monastic and public libraries. Disponível em: <<http://www.libraries.gr/nonmembers/index.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2005.